HERBERT MARCUSE E A DEFESA DA VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA NOS ANOS 60

Maria Ribeiro do VALLE[1]

Durante a "Era de Ouro" – fenômeno mundial que tem início no pós Guerra e tem seu declínio com o colapso do sistema financeiro internacional de *Bretton Woods* em 1971 e com a crise da OPEP de 1973 -, os países industriais batem vários recordes com relação ao seu desenvolvimento econômico e tecnológico, tornando-se detentores de três quartos da produção mundial, sob a esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar. Nas economias de mercado desenvolvidas aumenta, em escala inusitada, o padrão de consumo do cidadão médio, simultaneamente ao quase desaparecimento do desemprego. Assim, os trabalhadores têm acesso à multiplicidade de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, além de poderem contar com as benesses do Estado previdenciário. Concomitantemente, os partidos socialistas e os movimentos trabalhistas são paulatinamente enquadrados a este novo capitalismo reformado (HOBSBAWM, 1995, p.253-81). O alto padrão de vida por ele propiciado se faz às custas da exploração do Terceiro Mundo e com a tentativa de aniquilamento dos movimentos de libertação colonial, perpetuando "(...) uma existência em formas cada vez mais desumanizantes, enquanto os pobres continuam pobres e o número de vítimas da *prosperitas Americana* aumenta" (MARCUSE, 1981, p.29).

Este acasalamento do poder político e do econômico que leva a um controle inaudito, impedindo a mobilização da sociedade, torna mais urgente a necessidade de desenvolvimento da consciência das possibilidades reais para a criação de uma sociedade livre. Dentro do próprio território americano, o capitalismo monopolista deixa suas marcas através das "formas desumanizantes" com que trata "os deserdados da sociedade", vítimas da discriminação no emprego, na habitação, na educação: negros, mexicano-americanos, porto-riquenhos, índios(REIS FILHO & MORAES, 1998, p.35).

O progresso técnico, transformado em um novo sistema de dominação, incide diretamente na política dos sindicatos, que passa a ser a de uma cumplicidade entre capital e trabalho tendo como efeito a divisão no interior da própria classe trabalha-

[1] Este artigo constitui versão condensada do segundo capítulo de minha tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação da Unicamp, com o título *O debate teórico sobre a violência revolucionária nos anos 60: raízes e polarizações*.

[2] Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

dora, pois o operariado organizado opõe-se aos desempregados. A automação, ao acarretar um aumento bastante significativo do número dos trabalhadores não ocupados diretamente no processo produtivo (MARCUSE, 1999a, p.50-3), funciona também como um poderoso instrumento de despolitização.

Por outro lado, as vítimas internas do sistema, as minorias nacionais e raciais, a vanguarda intelectual e o Terceiro Mundo, ou seja, justamente os alvos privilegiados do "terror", parecem dar início a um novo processo que começa a despertar "(...) a consciência da escravização na abundância e a consciência de que deve ser diferente" (MARCUSE, 1999b, p.76). Enquanto um caminho de libertação mundial começa a ser trilhado através das lutas dos povos colonizados pela independência, simultaneamente, nos EUA, o "poder negro" se rebela contra o preconceito racial e o movimento estudantil, lado a lado com os professores e integrantes da Nova Esquerda (GITLIN, 1993, p.2), ocupa as universidades e toma as ruas em manifestações que repudiam a intervenção americana no Vietnã.

Frente às novas necessidades de expansão do capitalismo monopolista, Os Estados Unidos são o representante maior do "imperialismo", garantindo esta posição através do terror fora da "metrópole". Para Marcuse há uma conexão causal entre a estabilidade dos países capitalistas desenvolvidos e a "situação catastrófica" do Terceiro Mundo. O neocolonialismo, considerado por ele como "um dos maiores crimes do Primeiro Mundo" (MARCUSE, 1999b, p.116), serve aos interesses do capital internacional combatendo, durante a Guerra Fria, em várias frentes para impedir o avanço do comunismo.

O exemplo emblemático deste período é a intervenção dos EUA na guerra do Vietnã para a garantia de seus objetivos militares, econômicos e ideológicos, dentre os quais se destacam o de cercar a China comunista, o maior obstáculo ao expansionismo norte-americano, e o de mostrar às demais nações do Terceiro Mundo que a "guerra de guerrilhas" não compensa e será combatida a qualquer custo. A reedição do "genocídio", enquanto "guerra total", conduzida de "um" só lado e sem qualquer equilíbrio de forças, passa a ser uma arma pronta para ser utilizada (SARTRE, 1968, p.3-18). O Vietnã serve como campo de provas para novas armas e táticas antiguerrilha, que permitem a continuidade das práticas neocolonialistas norte-americanas incidentes sobre os povos da Ásia, África e América Latina, sob a forma de conspirações agressivas contra Cuba, do apoio a Israel contra os países árabes, da participação efetiva nos golpes militares da América Latina, do controle sobre a Coréia do Sul, Formosa e Filipinas, das ameaças contra o Camboja, da clandestina penetração na Índia e na Indonésia e da ocupação militar da República Dominicana[3].

[3] Cf. "Documentário: O neocolonialismo dos Estados Unidos no Vietiname". Traduzido do *VietNam Courier*, 21 ago. 1967.

Marcuse recupera a teoria marxista do capitalismo monopolista ligada à do imperialismo clássico, "(...) segundo a qual, cedo ou tarde, os monopólios, apesar de sua interdependência internacional, caem em oposição aberta, de tal forma que guerras ou conflitos periódicos entre as potências destroem novamente toda a prosperidade do período de trégua"(MARCUSE, 1999b, p.51). Embora a forma mais expressiva do novo imperialismo seja o neocolonialismo, que significa uma nova partilha do mundo entre as grandes potências sem conflito militar, isso não descarta a existência de vários antagonismos entre elas. O comunismo atua, ao seu ver, como o "médico à cabeceira da cama do doente", o capitalismo. A integração dos países industriais desenvolvidos depende, além disso, de uma efetiva base econômica, posta em risco pela crise do sistema monetário internacional iniciadas em 1968 com o aumento do *déficit* da balança de pagamentos norte-americana, causado pelas enormes despesas militares, particularmente com a guerra do Vietnã, que começam a se explicitar em forma de inflação. O equilíbrio da "Era de Ouro", totalmente atrelado ao domínio político e econômico dos EUA, atuantes como estabilizador e assegurador da economia mundial, fica ameaçado. O dólar passa a flutuar no mercado internacional, fazendo desabar o sistema monetário com base no dólar-ouro, repercutindo diretamente no movimento de exportação de capitais[4]. Outros sinais do aguçamento da crise monetária internacional são a inflação e o desemprego crônicos e a crescente resistência do Terceiro Mundo.

O papel das novas formas de oposição que, para Marcuse, devem "(...) explorar com atenção qualquer possível rachadura na gigantesca concentração de poder na sociedade estabelecida" (1969, p.31-2) passa a ser central. Apesar dos efetivos sinais de desgaste do capitalismo monopolista, ele adverte que elas não podem minimizar a capacidade de reorganização do sistema através da "contra-revolução preventiva" (MARCUSE, 1981, p.11-2) e devem trabalhar no sentido de despertar a consciência

> (...) com relação à horrível política de um sistema cujo poder e pressão crescem com a ameaça de total aniquilamento, que utiliza as forças produtivas a seu dispor para a reprodução da pilhagem e da opressão, e que, para a proteção da sua abundância, equipa o chamado mundo livre com ditaduras militares e policiais. (MARCUSE, 1968b, p.89-90)

Ainda não há, apesar da eclosão dos movimentos estudantis, de libertação colonial, dos direitos civis, dos *hippies*, uma organização solidária que promova a confluência de tendências tão diversas. As contestações econômicas, políticas e culturais, tanto no Ocidente como no Oriente, são consideradas por Marcuse, que em momento

[4] Sobre o fortalecimento economia norte-americana durante a Guerra Fria e o seu declínio no final dos anos 60 e início dos anos 70, ver Gitlin, 1993 e Fink et al., 1998, p.83-5.

algum deixa de reconhecer as suas limitações, forças que permitem vislumbrar a "realização da utopia", desde que estejam dirigidas à ruptura do sistema.

Ao defender o fim da utopia, Marcuse afirma continuar sendo o marxismo o guia da oposição, que deve se empenhar para atualizar os seus conceitos com o intuito de evidenciar as possibilidades de superação da ordem existente (MARCUSE, 1968a, p.4). Um dos elementos cruciais para a realização da "sociedade livre" é o de identificar "os portadores sociais da transformação" na conjuntura dos anos 60, pois o operariado americano, na sua grande maioria integrado ao sistema, é hostil a qualquer proposta da Nova Esquerda que ponha em xeque o *status quo*. Também em países como a França e a Itália, o movimento trabalhista, submetendo-se às orientações do Partido Comunista e dos sindicatos, restringiu suas perspectivas à melhoria da situação vigente do operariado, abandonando a negação radical do capitalismo. Contudo

> (...) a impossibilidade de determinar uma classe revolucionária nos países capitalistas que apresentam um desenvolvimento tecnológico mais elevado não significa, de modo algum, que o marxismo tenha se transformado em uma utopia. Os portadores sociais da transformação (e isso é marxismo ortodoxo) se formam no curso do próprio processo de transformação, não se podendo contar jamais com a existência de forças revolucionárias *ready-made***,** prontas e acabadas, por assim dizer, no momento em que tem início o movimento revolucionário (situação afortunada e não muito fácil de se verificar). Todavia, acredito que haja um critério válido, o qual consiste em estabelecer se as forças materiais e intelectuais necessárias à realização da transformação estão tecnicamente presentes, apesar dos obstáculos colocados à sua utilização racional pela organização das forças produtivas. Eu creio, aliás, que seja este o sentido no qual se pode hoje falar efetivamente de um fim da utopia. (MARCUSE, 1969, p.16)

Torna-se necessário, então, perceber as "zonas sociais" que trazem em si, potencialmente, as forças capazes de determinar uma mudança radical do sistema. Marcuse chama a atenção para o fato de que as massas não são consideradas "ponta de lança" da liberdade pela concepção marxista, mas sim o proletariado entendido como "(...) uma classe, definida por sua posição determinada no processo produtivo, pela maturidade de sua 'consciência' e pela racionalidade de seu interesse comum" (MARCUSE, 1997, p.129). Salienta, desta maneira, que este fator não é mais suficiente para que sejam identificados os portadores da transformação social na atualidade:

> Se Marx viu no proletariado a classe revolucionária, isto ocorreu ainda e talvez principalmente porque o proletariado estava liberto das necessidades repressivas da sociedade capitalista, porque nele podiam se desenvolver as novas necessidades de liberdade, que não podiam ser sufocadas por aquelas velhas e

> dominantes. Hoje, na maior parte dos países capitalistas altamente desenvolvidos, essa autonomia não é mais possível. Os trabalhadores não mais representam a classe que leva em si a negação das necessidades existentes. (MARCUSE, 1969, p.24-5)

Alertar para as contradições do capitalismo de monopólio ou explicitá-las passa a ser um fator primordial da "nova oposição" que, embora totalmente diversa das forças ortodoxas marxistas da transformação social, deve conservar como prioridade a recusa da ordem social existente. O processo de formação destas novas formas oposicionistas deve ser entendido não apenas a partir de seu surgimento, mas também de suas modificações ao longo dos anos 60. A Nova Esquerda nos Estados Unidos, composta por um grupo de intelectuais desde o início desta década, vincula-se à organização SDS - *Students for a Democracy Society*. Paralelamente ao movimento negro, ela torna-se o centro dinâmico das reivindicações políticas, abrindo caminho para a emergência dos movimentos *hippies*, feministas e homossexuais. Já a organização mais representativa da juventude negra é a SNCC – *Student Nonviolent Coordination Committee* – que, assim como a SDS, surge primeiramente como suporte para os grupos pacifistas e para os movimentos dos direitos civis, respeitando os limites democráticos através da resistência passiva e da rebeldia sem violência física. Sob a forte influência de Martin Luther King, a SNCC luta contra a segregação no *campus* universitário. Apesar das diferenças entre as duas principais organizações estudantis, podemos notar que, frente à conjuntura mais ampla, a SDS e a SNCC estão unidas em torno das questões nevrálgicas deste momento: as lutas contra a guerra no Vietnã e contra a discriminação dos negros.

A partir de 1964, o movimento da juventude negra se torna mais extenso, violento e radical, sob a influência da militância de Malcolm X, líder negro e revolucionário nacionalista, que prega a luta armada em legítima defesa e o pan-africanismo. O *slogan* "*Black Power*", que passa a ser utilizado pelo SNCC, ecoa em motins como o de 1965 em Watts e aqueles que marcam os verões "sangrentos" de 1966 e de 1967. Esses levantes são divulgados como um passo significativo na escalada da "guerra racial", levando muitos americanos a acreditar na existência da "guerrilha urbana". Uma das justificativas para a utilização da violência decorre da própria insuficiência das leis dos direitos civis de 1964 e do direito de voto de 1965. Do ponto de vista estratégico, contudo, não há unanimidade entre os grupos de esquerda, que permanecem internamente divididos entre a luta parlamentar e o confronto. O papel da violência na história passa a ocupar o centro do debate, atuando como um divisor de águas frente à defesa da revolução.

Assim, os ativistas do SNCC, do SDS e parte dos intelectuais militantes da Nova Esquerda passam a vislumbrar a possibilidade de aliança com as forças revo-

lucionárias do Terceiro Mundo. A influência da luta armada maoísta torna-se bastante presente nos movimentos de contestação norte-americanos. Para a maioria da esquerda – e não apenas para os discípulos de Mao –, a luta contra a guerra e o movimento negro estão efetivamente ligados, contribuindo para o aumento da adesão à política do confronto que, apesar de ser rechaçada por alguns líderes veteranos da Nova Esquerda, começa a ocupar o espaço anteriormente destinado à estratégia pregada pelas organizações dos direitos civis. A argumentação contrária à violência revolucionária não encontra respaldo nos *campi* universitários, principalmente em 1968, o "ano da barricada", quando as manifestações incorporam formas de desobediência civil como, por exemplo, a queima das convocações para a guerra do Vietnã que, neste ano, é palco da maior ofensiva dos EUA – o Tet. As investidas policiais atingem várias pessoas, matando três delas, durante os motins de fevereiro, desencadeando uma reação ainda mais violenta, quando os ativistas negros passam a atirar em locais públicos (GITLIN, 1993, p.313-4). Cresce o medo de estarem sendo vigiados pelo FBI. Os estudantes brancos e parte significativa da Nova Esquerda se unem aos "Panteras Negras", que surgem com o apoio da SNCC e cujo líder Stokley Carmichael prega a luta armada, o boicote às eleições presidenciais, recusando as formas de resistência passiva. Os conflitos armados entre a polícia e os negros "radicais" tomam as ruas. A "guerra civil" parece ameaçar a "paz" norte-americana.

Marcuse, líder destacado de um grupo de imigrados radicais, no interior da Nova Esquerda, denominado SANE - *National Committee for a Sane Nuclear Policy* –, mostra que, apesar de toda a concentração de poder do sistema vigente, estão vindo à tona diferentes formas de contestação. A nova oposição, ao seu ver, é marcada por características bastante peculiares, pois não é

> (...) com exceção de alguns pequenos grupos, ortodoxamente marxista ou socialista. Caracteriza-se por uma profunda desconfiança contra todas as ideologias, contra, também, a ideologia socialista, pela qual muitos acreditam, de certo modo, ter sido traídos e da qual estão desiludidos. A nova esquerda – ainda com exceção de pequenos grupos – ademais, não está fixada de modo algum na classe operária como classe revolucionária. Além disso, não pode, de modo geral, ser definida em termos de classe. É composta de intelectuais, de grupos do movimento pelos direitos civis e da juventude, principalmente de elementos radicais da juventude' (MARCUSE, 1968b, p.80-1)

Ao analisar a pouca ortodoxia destas forças sociais de transformação, Marcuse mostra que, além dos integrantes da Nova Esquerda, delas fazem parte também os marginalizados, ou mais especificamente os "subprivilegiados" que não podem ter sequer suas necessidades mais elementares satisfeitas, apesar do capitalismo "altamente desenvolvido". Fazem parte desse grupo as minorias nacionais e raciais, os

presos – que através de rebeliões nas penitenciárias de Oregon, Raleigh, Ohio, Columbia, Atlanta, em 1968, procuram chamar a atenção da opinião pública para o tratamento que lhes é dispensado –, e as massas do Terceiro Mundo. Os "subprivilegiados", e não mais a classe trabalhadora integrada ao sistema, conservam da teoria marxista a peculiaridade de ser constituídos por esferas sociais libertas das benesses do capitalismo:

> Nos Estados Unidos são principalmente as minorias raciais e nacionais que, sem dúvida, politicamente, estão ainda largamente desorganizadas e muitas vezes são antagônicas entre si (por exemplo, há graves conflitos nas grandes cidades entre negros e porto-riquenhos). Particularmente, devem ser considerados subprivilegiados aqueles grupos que não têm nenhuma posição decisiva no processo da produção e que, nos conceitos da teoria de Marx, já por esse motivo – quanto mais não seja – não podem ser considerados como forças revolucionárias potenciais. Mas, num quadro global, são os subprivilegiados que devem suportar todo o peso do sistema, realmente a base de massa do movimento libertador nacional contra o neocolonialismo no terceiro mundo. Não existe também nenhuma ligação efetiva entre as minorias raciais e nacionais nas metrópoles da sociedade capitalista e as massas que já se encontram em luta contra esta sociedade no mundo neocolonial. Estas massas já podem, talvez, ser chamadas **o novo proletariado**, e como tal formam, hoje, na minha opinião, o maior perigo para o sistema mundial do capitalismo. (MARCUSE, 1969, p.32-3 – grifo do autor)

Em 1955, a Conferência Afro-Asiática de Bandung, Indonésia, torna-se um marco importante para a organização e solidariedade da luta contra o colonialismo dos países pobres que optam pelas teses do não-alinhamento, visando descaracterizar o conflito Leste/Oeste. Até esta data, o continente africano conta com apenas cinco Estados independentes. Em 1965, este número aumenta para 36. O Movimento dos Não Alinhados, no início dos anos 60, durante a Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento da ONU – UNCTAD – defende várias propostas para o desarmamento, o desenvolvimento e a descolonização – os três "Ds" – temas centrais para os povos do Terceiro Mundo. Embora Marcuse constate que há uma profunda relação entre os movimentos de libertação nacional dos países atrasados e a oposição fundamentalmente intelectual daqueles industrialmente avançados, mostra que estas duas formas de organização encontram-se praticamente ilhadas, sendo que superar este hiato faz parte de sua proposta política. Deve-se levar em conta, contudo, as peculiaridades dos povos colonizados que sentem a "necessidade natural" de defender a vida contra a agressão, enquanto nas sociedades desenvolvidas o que existe é a recusa de participar de seus "benefícios" em busca de uma modificação "qualitativa da

necessidade". "Em ambos os pólos, portanto, a nova necessidade está potencialmente presente" (MARCUSE, 1969, p.32-3).

Apesar da diversidade das reivindicações do movimento estudantil em cada país, ele tem como objetivo comum o protesto contra o capitalismo e seus cúmplices no Terceiro Mundo. Compreende-se, então, a importância atribuída por Marcuse ao ME, concebendo-o "(...) enquanto classe intelectual, destinada a fornecer os quadros dirigentes da sociedade atual" (MARCUSE, 1969, p.25). Ou seja, devido a sua posição privilegiada, as organizações estudantis podem contribuir para o desenvolvimento de uma "consciência radical" como a base de partida para uma luta mais ampla. Ao posicionar-se favoravelmente aos protestos que eclodem no final dos anos 60, Marcuse integra-se ativamente na militância política que ele mesmo está propondo a todos os intelectuais empenhados em buscar a ruptura deste sistema, através da união da "teoria e prática", principalmente diante da integração da classe trabalhadora ao capitalismo monopolista.

A partir da eclosão dos diversos protestos e rebeliões, tanto nos países industriais avançados quanto nos terceiro-mundistas, Marcuse passa a acreditar que eles podem atuar como um estopim para a emancipação da humanidade. O alto desenvolvimento das forças produtivas atingido pela história cria objetivamente esta possibilidade, sendo o trabalho educativo o mais necessário, devido à importância da mobilização de amplas massas politizadas. Os intelectuais, não apenas por razões culturais, mas por serem economicamente e materialmente privilegiados, devem desempenhar este trabalho junto ao operariado integrado, incapaz de qualquer ação política que não seja a de contribuir para a solidez do *status quo*, e aos excluídos do Terceiro Mundo.

Entre aqueles que estão fora dos mecanismos integradores, o proletariado do Terceiro Mundo, constitui o grupo social que ocupa uma posição determinante no processo de produção e de reprodução dos bens materiais e sobre o qual se descarrega todo o peso da opressão, vivendo em condições similares as do operariado europeu do século XIX. Existem também camadas inteiras que talvez não possam sequer ser classificadas, como as minorias raciais e nacionais, os desempregados permanentes, os pobres, os que não têm nada que possa ser tributado e os presos, que representam a "negação viva do sistema". Estes grupos, sendo as maiores vítimas do terror e da força mais brutal do sistema, podem abrir fissuras na ordem estabelecida, contribuindo para uma possível, embora remota, solução revolucionária. O aflorar dos movimentos negros, dos motins nos presídios, e da luta no Terceiro Mundo explicita que trazer o povo para o centro das decisões políticas não significa apenas uma explosão "instintiva", "irracional". Eles estão produzindo novas formas de contraeducação, de "desmascaramento" de uma sociedade que concilia a pluralidade

democrática com o totalitarismo, mostrando constantemente a necessidade do protesto, da denúncia, podendo inclusive despertar para a luta o trabalhador integrado, que não percebe que a elevação de seu nível de vida foi alcançada com a intensificação do trabalho alienado e que, portanto, o *status quo* por ele legitimado é o mesmo que perpetua sua fadiga. A vanguarda intelectual, que recusa a ordem vigente e tem dela uma visão mais global, também deve atuar como catalisadora destas novas forças, através da educação política. Está presente aqui a idéia de revolução, na esteira da teoria marxista, no sentido em que ela tem a sua realização possível na junção da teoria crítica com aqueles que, "livres" das benesses do sistema, são movidos pela necessidade.

Ao enfrentar a problemática das teorias do "sujeito revolucionário" na sociedade unidimensional, Marcuse realça que, à medida em que a diferença entre as aspirações do operariado integrado e as das demais classes praticamente desaparece, parece deixar de existir a "base material" que carrega a necessidade da transformação social. Ao mesmo tempo, porém, continua sustentando a concepção de Marx de que os círculos mais desenvolvidos da classe trabalhadora, os materialmente melhor situados, devem exercer um papel central no movimento transformador do existente. Como então trazer a classe operária dos países desenvolvidos de volta para o seu papel de "sujeito revolucionário" frente à eficiência do processo de integração? Os novos atores e as novas rebeliões são capazes de incorporá-los à luta uma vez que insiste ser fundamental a mobilização de amplas massas politizadas?

Ao vislumbrar a solução a partir da aliança do Terceiro Mundo com os novos sujeitos da oposição dos países industriais desenvolvidos, Marcuse não apresenta pistas para a junção de forças tão díspares. Há uma grande ênfase no apoio que os intelectuais devem dar aos povos colonizados, imediatamente mais ocupados com o "problema brutal da simples conservação da vida", devendo ser deixada para depois a contribuição que estes podem oferecer aos movimentos de protesto do Primeiro Mundo. Ele está enfrentando, sem resolver, uma situação histórica que apresenta sob novas formas um problema central das teorias revolucionárias anti-capitalistas, que desafia particularmente a tradição marxista: o que diz respeito à questão da conciliação da ciência com a revolta vinda da necessidade.

Neste sentido, a influência da conjuntura sobre os textos escritos por Marcuse se explicita nas suas oscilações em catalogar a atualidade histórica como revolucionária ou não, quer no seu aspecto "objetivo" quer no "subjetivo". Também não há uma argumentação sólida sobre a possibilidade das novas forças de oposição estarem preparadas para desencadear um processo de transformação radical, mesmo se pensado a longo prazo, principalmente no que diz respeito à remota possibilidade da adesão do operariado "integrado". Ele continua defendendo a rebelião contra o "todo",

o salto qualitativo, o socialismo, e por isso se identifica com os movimentos que se aproximam dessas propostas, enfatizando a importância dos intelectuais e do movimento estudantil, que, ao seu ver, devem atuar na educação das massas para a "mudança radical". Um dos caminhos fundamentais para quebrar o domínio da falsa consciência é o da oposição ao sistema de educação tecnocrático que conduz ao treinamento e não à formação cultural. Ele combate enfaticamente a concepção da universidade como uma instituição que busca apenas transmitir o conhecimento voltado a uma aplicação imediata na "produção", na "estratégia militar", dependendo diretamente do apoio financeiro do governo e das grandes fundações interessados no controle humano e na regulação do mercado. Defende, assim, a "universidade livre" como uma importante instância de "contrapolitização" em prol da libertação da consciência onde a oposição é educada e se educa.

As formas de ação política da "nova oposição", os seus objetivos e as suas perspectivas remetem diretamente à questão "contra o que esta oposição é dirigida?", uma vez que a luta deve ser travada não contra o "terror", mas contra uma sociedade que funciona "extraordinariamente" bem, conseguindo eliminar a miséria e a pobreza de maneira inusitada. Contudo, seu "outro" e mesmo "lado" deve ser levado em conta, ou seja, o fato desta mesma sociedade se manter, externamente, através do apoio aos "repressivos estados policiais", às "ferozes ditaduras" e de, internamente, tratar as minorias raciais e nacionais como "cidadãos de terceira classe", através da mobilização das forças armadas para combater as manifestações dos negros, e da Guarda Nacional, que invade seus guetos para impedir novos protestos.

A crescente militarização dos Estados Unidos nos anos 60 incide diretamente nas nações "subdesenvolvidas", sendo que, em 1968, as "missões militares" tornam-se efetivas em mais de 50 países. A correlação entre a vitória do socialismo em Cuba e o aumento da "colaboração" militar oferecida pelos norte-americanos, destinada à "contra-insurreição", torna-se exemplar com a ocupação da República Dominicana em 1965 por sua artilharia e por suas unidades móveis, incluindo forças aéreas e terrestres, que sustentam a "ditadura legal" de Balaguer contra o poder popular armado. Frente à ameaça do alastramento da guerrilha na América Latina, os Estados Unidos orientam os golpes militares, como no caso do Brasil, da Argentina, da Bolívia, da Guatemala, fato que pode ser evidenciado pela proposta por eles levada na VIII Conferência dos Exércitos Americanos realizada no Rio de Janeiro, em setembro de 1968, de priorização dos armamentos para o combate a guerrilheiros e terroristas, contra os quais devem ser utilizadas armas leves e novas táticas. Neste mesmo ano, os Estados Unidos chegam ao contingente máximo de 500 mil homens em operações no Vietnã. No México, a "fúria" das forças armadas desencadeia uma rara "carnificina", quando mais de trezentas pessoas são mortas durante uma manifesta-

ção estudantil na Praça das Três Culturas em 2 de outubro de 1968, e várias outras são vítimas do "terror" que se instala através de prisões e torturas. A ofensiva política, ideológica, econômica e militar americana, durante os anos 60, ocorre também em uma vasta área da Ásia e da África: no levante de Ghana, no qual o governo de N'Krumah é deposto; no crescimento das forças da reação em vários dos países que estão em luta contra o neocolonialismo; no triunfo "sangrento" do anti-comunismo da Indonésia em 1965, quando cerca de 500 mil pessoas são massacradas depois que Suharto chega ao poder, significando uma grande vitória para a contra-revolução na Ásia; no golpe militar direitista na Grécia; no conflito judeu-árabe, no qual há o alinhamento da política de Israel – que tem sua economia dependente das "doações" americanas durante a Guerra Fria - à "orientação" norte-americana contra a luta pela emancipação dos povos árabes.

A partir dessas constatações, Marcuse trava um instigante debate em torno da complexa questão da democracia, afirmando que ela deve ser a grande bandeira de luta da oposição, uma vez que as verdadeiras condições para a sua realização estão ainda para ser criadas, pois por

> (...) trás do véu tecnológico, por trás do véu político de democracia, surge a realidade, a servidão universal, a perda de dignidade humana em uma liberdade de escolha prefabricada. E a estrutura do poder já não é 'sublimada' no estilo de uma cultura liberalista, já não é sequer hipócrita (quando retinha, pelo menos, as 'formalidades', a concha da dignidade), mas brutal, despida de todas as falsas aparências de verdade e justiça (MARCUSE, 1981, p.23) .

Assim, Marcuse faz uma contundente crítica à "democracia burguesa" enfatizando que não se pode desvincular a esfera política da esfera econômica, pois para ele a

> (...) pobreza e [a] exploração foram produtos da liberdade econômica; repetidamente, povos foram libertados em todo o mundo por seus amos e senhores, e a nova liberdade dessas gentes redundou em submissão não ao império da lei, mas ao império da lei dos outros (MARCUSE, 1981, p.24-5).

Diante disso, a oposição deve inscrever-se na luta pela democracia direta da maioria que

> (...) ainda continua sendo uma forma de governo ou administração para a construção do socialismo, [pois] é improvável que a 'democracia burguesa' forneça o 'campo de operações' propício a uma transição para o socialismo. Nem tal campo pode ser recuperado se já deixou de existir: a tendência totalitária do capitalismo monopolístico milita contra essa estratégia e o desmascaramento

> de sua pseudodemocracia faz parte da contraeducação política. (MARCUSE, 1981, p.58)

Faz parte desse processo criar condições para a emancipação não apenas das "vítimas" da ordem social vigente, mas também daqueles que, através de seus votos e contribuições fiscais, dão suporte ao sistema mantendo as "pseudodemocracias" que "violam" os direitos dos cidadãos, impedindo a efetiva participação do povo nas decisões políticas. Neste sentido, é fundamental trazer à tona a ambivalência do *slogan* da esquerda "o poder ao povo" que expressa

> (...) a verdade de que 'o povo', a maioria da população é, de fato, distinta do governo e está separada deste, que o autogoverno do povo ainda tem de ser conquistado. Significa que essa meta pressupõe uma mudança radical nas necessidades e na consciência do povo. O povo que dispuser do poder para libertar-se não seria o mesmo povo, não seriam os mesmos seres humanos que hoje reproduzem o *status quo* – ainda que sejam os mesmos indivíduos. (MARCUSE, 1981, p.52)

Marcuse, defendendo tenazmente a democracia direta, mostra que o que está, de fato, em pauta, é a busca de uma alternativa à "democracia burguesa", que só pode ser pensada no terreno da ruptura revolucionária da ordem social existente.

O movimento estudantil nos Estados Unidos em 1968 é fortemente marcado pelas ocupações de universidades em Cornell, Boston, Ohio, Berkeley, Columbia, assim como pela interrupção das aulas em situações de "brutal repressão", considerados atos legítimos de protesto político por Marcuse. Os conflitos com os policiais se espalham de San Francisco a Nova York. Um de seus pontos culminantes é a Convenção do Partido Democrata em Chicago, no mês de agosto, quando a polícia ataca de forma violenta os jovens que protestam contra o partido responsável pela guerra do Vietnã. Para Marcuse, a proposta do ME corresponde à recusa da luta parlamentar. Esses episódios comprovam também que a democracia capitalista é mantida pelo uso da violência. Assim, ele se posiciona radicalmente contra a acusação de que são os estudantes os praticantes do "terror", pois não "(...) se chama de violência o que ocorre no Vietnã, não se chama de violência o que é feito pela *polícia*, não se chamam violência as devastações, torturas, degradações que ocorrem no capitalismo – a expressão 'violência' encontra-se restrita à oposição" (MARCUSE, 1999b, p.79). Rechaça, desta maneira, o argumento de que a violência da oposição seja igualada à dos dominantes, estabelecendo uma contraposição entre a "violência da opressão" e a "violência da libertação". Ao seu ver, as organizações estudantis visam, prioritariamente, impedir o desenvolvimento de um regime de força. Abre-se espaço, assim, para uma explicação alternativa, que leva em conta a vontade de se

construir um mundo novo presente no "espírito revolucionário" de 68, a vontade de destruição do poder constituído com o intuito de instauração de uma nova racionalidade. Para tanto, a violência revolucionária é concebida como um instrumento necessário à transformação social e não como uma força puramente destrutiva.

Marcuse afirma que a diferença entre violência e resistência está diretamente relacionada com o hiato existente entre o direito positivo e a *civil desobedience,* pois, ao seu ver

> (...) o conceito de violência encobre (...) duas formas muito diferentes: a violência institucionalizada do estado de coisas vigente e a violência da resistência, que, necessariamente, permanece ilegal em face do direito positivo. Falar de uma legalidade da resistência é um sem-sentido. Nenhum sistema social, nem mesmo o mais livre, pode, constitucionalmente, ou de alguma outra maneira, legalizar uma violência dirigida contra este sistema. Cada uma destas duas formas encobre funções opostas. Há uma violência de libertação e uma violência de opressão. Há uma violência de defesa da vida e uma violência de agressão. E ambas estas formas de violência tornaram-se forças históricas e permanecerão forças históricas. (MARCUSE, 1968b, p.56)

A distinção entre violência institucionalizada e força revolucionária, na argumentação de Marcuse, é central, pois enquanto a primeira deve ser entendida como "arma das instituições", sendo o Estado o detentor de seu monopólio legítimo, a segunda deve ser exercida pelos grupos de oposição capazes de fazer ruir toda esta estrutura de dominação inerente à sociedade capitalista, através da *civil desobedience:*

> Esse conflito entre os dois direitos, entre a violência institucionalizada e o direito de resistência, leva em si o permanente perigo de um choque da violência consigo mesma, e isso ainda que o direito à liberdade seja sacrificado ao direito da ordem constituída e ainda que - como sempre ocorre na história - as vítimas sacrificadas à ordem superem numericamente às vítimas caídas pela libertação. Mas isso significa que a pregação do princípio da não violência não faz mais do que reproduzir a violência institucionalizada da ordem existente**.** Na sociedade industrial monopolista, a violência institucionalizada concentra-se, como jamais ocorreu no passado, no poder que permeia todo o corpo social. (MARCUSE, 1969, p.60)

A utilização da "violência revolucionária", pela "esquerda radical organizada", emerge como uma arma que, para garantir formas superiores de liberdade, é capaz de se opor à violência inerente à manutenção do sistema, uma vez que

> (...) a economia inflacionada, a política de 'defesa' de matar e massacrar, o adestramento para o genocídio, a normalização de crimes de guerra, o tratamento

> brutal da vasta população presidiária, acumularam uma alarmante reserva de violência na vida cotidiana. Bairros inteiros das grandes cidades foram abandonados ao crime – e o crime ainda é a diversão favorita nos meios de comunicação de massa. Onde essa violência ainda é latente, verbal ou expressa apenas em atos secundários (como surrar manifestantes), dirige-se primordialmente contra minorias impotentes mas notórias que se apresentam como estranhas criaturas perturbadoras do sistema estabelecido, que têm um aspecto diferente e estão fazendo coisas (ou são suspeitas de fazê-las) que os que aceitam a ordem social vigente não se permitem fazer. Esses alvos são os negros e os mestiços, os *hippies* e os intelectuais radicais. Todo esse complexo de agressão e de alvos indica um potencial protofascista por excelência. (MARCUSE, 1981, p.36)

Marcuse visa desmontar os mecanismos formais que camuflam o protofascismo responsável por gerar a construção do "inimigo externo". As práticas discriminatórias incidentes sobre os "agentes subversivos" que ameaçam a "liberdade", justificam, assim, a violência do sistema para a preservação dos "integrados". Com efeito, ao advertir que em uma conjuntura onde há a integração das massas à "sociedade opulenta", o risco do fortalecimento do fascismo é latente, pergunta se a "(...) ameaça de uma catástrofe atômica, que poderia exterminar a raça humana, não servirá, também, para proteger as próprias forças que perpetuam esse perigo?"(MARCUSE, 1978, p.13). Isto posto, vai além da denúncia do caráter violento deste sistema, justificando a necessidade da "violência revolucionária" em defesa da vida.

Aqui explicita-se a fragilidade da argumentação de Marcuse frente ao problema da legitimidade da violência que gera uma grande polêmica na conjuntura dos anos 60, dividindo não apenas os intelectuais de várias filiações ideológicas não diretamente engajados no movimento, mas os próprios militantes da Nova Esquerda. Como garantir que a agressão vinda dos movimentos de protesto vá desembocar em uma sociedade livre? É suficiente a distinção entre duas formas de violência, aquela exercida em nome da vida e aquela utilizada em seu detrimento? No entanto deve-se frisar que não se trata aqui de apresentar respostas a estas questões, que escapam aos nossos objetivos. Não podemos também correr o risco de banalizá-las uma vez que elas remetem a um tema nobre da antropologia e da filosofia política que não pode ser reduzido a dicotomias como violência ou não violência. Contudo, Marcuse possui um grande mérito ao enfrentar esta discussão no calor da hora, quando a violência emerge na teoria e na prática dos movimentos de contestação que acabam ficando sem alternativas "democráticas", "legais", para a consolidação de seus objetivos. E, ele vai além, pois, ao retomá-la à luz da tradição marxista, não perde de vista que o controle exercido pela sociedade industrial desenvolvida,

prescindindo da forma do "terror", torna-se ainda mais violento ao camuflar o aniquilamento do homem todo e de todos os homens com as conquistas materiais do progresso tecnológico e científico. Se as alternativas por ele apresentadas rumo ao socialismo são frágeis pela própria experiência incipiente das novas rebeliões, há uma análise bastante consistente do contramovimento maciço do capitalismo monopolista, especialmente sob a hegemonia dos EUA, que recria o imperialismo e as novas formas de genocídio para a expansão de seu domínio sobre os diversos países do Terceiro Mundo.

Embora Marcuse afirme que as forças de resistência não podem prescindir da agressividade porque, imersas na sociedade unidimensional, encontram-se, inexoravelmente, localizadas no campo da violência, elas devem compreender a necessidade de uma organização racional para que não desemboquem em atos de "barbarismo", já que visam, em seu projeto explícito, o fim e, portanto, a destruição desta forma de sociedade e não a aniquilação de toda a humanidade.

Estas questões remetem diretamente à discussão da ética da revolução, ou seja, da necessidade de distinção entre a violência justificada e aquela que jamais pode ser, através de um "cálculo histórico" que possa contribuir para avaliar as possibilidades de transformar "aquilo que é" naquilo que "pode e talvez devesse ser", em termos do progresso humano no sentido da realização da liberdade e felicidade individuais, vinculadas ao bem público.

A ética da revolução e a possibilidade de aplicar seus critérios à utilização da violência, a partir mesmo da legitimidade dos sacrifícios inerentes ao processo revolucionário, parece ser uma questão levantada, mas não resolvida por Marcuse uma vez que não existe nada que garanta efetivamente um controle completo sobre a violência a partir do momento em que ela é deflagrada. A própria leitura das grandes revoluções feita por Marx mostra como a adesão das massas às revoluções nem sempre ocorre segundo seus próprios interesses e mesmo quando isto acontece não há a certeza da conquista de seu objetivo maior, que é a instauração do socialismo, embora durante estes processos sempre possam ocorrer avanços neste sentido. As conclusões de Marcuse fazem parte tanto da análise da conjuntura dos anos sessenta quanto do balanço positivo que ele faz da história das grandes revoluções, ou seja, do olhar sobre o próprio processo histórico:

> Historicamente, a tendência objetiva das grandes revoluções dos tempos modernos consistiu na ampliação do espaço social da liberdade e na ampliação da satisfação das necessidades. Independentemente de quão diferentes possam ser as interpretações sociais das revoluções inglesa e francesa, elas parecem concordar em que ocorreu uma redistribuição de riqueza social, de tal modo que

> as classes anteriormente oprimidas ou prejudicadas foram as beneficiárias dessa mudança, econômica e/ou politicamente. Malgrado os períodos de reação e restauração subsequentes, o resultado e a função objetiva dessas revoluções consistiu na instituição de governos mais liberais, numa progressiva democratização da sociedade e em progresso técnico. (...) Em virtude da sua função objetiva, essas revoluções alcançaram o progresso no sentido indicado, a saber, uma evidente ampliação do espaço da liberdade humana; estabeleceram assim, apesar dos terríveis sacrifícios exigidos, um direito ético e não apenas uma justificação político-histórica. (MARCUSE, 1998, p.147)

Referências

DOCUMENTÁRIO: O neocolonialismo dos Estados Unidos no Vietname. **Revista Civilização Brasileira**, v.3,n.18,p.233-41,1968.

FINK, C. et al. (Org.). **1968**: the world transformed. Cambridge: Cambridge Univ.Press, 1998.

GITLIN, T. **The sixties**: years of hope, days of rage. New York: The New York Times Book Review, 1993.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARCUSE, H. Liberdade e agressão na sociedade tecnológica. **Revista Civilização Brasileira**, v.3,n.18,1068a.

______ . Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. **Praga**: Revista de Estudos Marxistas, n.1, jul., 1997.

______ . Finalidades, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos. **Revista Civilização Brasileira**, v.4,n.21/22, 1968b.

______ . **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

______ . **A ideologia da sociedade industrial**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

______ . **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______ . Ética e revolução. In: MARCUSE, H. **Cultura e sociedade**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1998.v.1.

______ . Perspectivas do socialismo na sociedade avançada: uma contribuição ao debate. In: LOUREIRO, I. **Herbert marcuse**: a grande recusa hoje. Petrópolis: Vozes, 1999a.

MARCUSE, H. Pela frente das esquerdas – entrevista. In: LOUREIRO, I. **Herbert Marcuse**: a grande recusa hoje. Petrópolis: Vozes, 1999b.

REIS FILHO, D. A. ; MORAES, P. **1968**: a paixão de uma utopia. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SARTRE, J. P. O genocídio. **Revista Civilização Brasileira**, v.4, n.17, 1968.

—— *** ——

RESUMO: Nosso trabalho está centrado no debate sobre a violência "revolucionária"travado por Marcuse, expoente significativo da intelectualidade que vivenciou e pensou os anos 60. Há a retomada, então, das utopias anticapitalistas do século XIX – particularmente a marxista. Marcuse aponta também para a urgência do combate ao imperialismo norte-americano – bandeira de luta carregada pelos movimentos de protesto neste período – argumentando que a violência é inerente ao sistema político-econômico, e que deve ser combatida através da violência "revolucionária" pela oposição.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; razão; revolução; socialismo; imperialismo.

ABSTRACT: Our work is centered in the debate about the importance of the "revolutionary" violence in the 60's according to Herbert Marcuse, a well-known intellectual who lived and discussed that period. It presents the restatement of the anticapitalistic utopias of the XIX century – particularly the Marxist one. Marcuse also emphasizes the urgent combat against the North American imperialism - a flag carried by the protest movements of the time – arguing that violence is inherent to the political and economical system and, therefore, the opposition must fight it by means of the "revolutionary violence".

KEYWORDS: Violence; rationality; revolution; socialism; imperialism.